



112ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 208 DE JUNHO DE 2017.

3 Aos oito dias do mês de junho de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na sede da Secretaria de
 4 Ação Social - SEDAS, sito à Avenida Champagnat, 1750, Centro, foi realizada a décima segunda Reunião
 5 Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência da presidente e representante titular da
 6 Sociedade Civil, representando as Entidades e Organizações de Assistência Social, Senhora Ernestina Maria de
 7 Assunção Cintra. Estiveram presentes na reunião treze (13) conselheiros, sendo seis (06) do poder público e sete
 8 (07) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares**: Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de
 9 Assunção Cintra (Tina), Fernanda Rodrigues Carrijo, Camila Rodrigues Alves Junqueira, Alessandra Aparecida da
 10 Silva, Maria Aparecida Moraes Oliveira (Cidinha), Lucineia Silva Sartori Coelho e Rejiane Garcia. **Conselheiros**
 11 **Suplentes**: Rosângela Aparecida de Paula. **Conselheiros na titularidade**: Daniela Leal Ramos, Jussara Barreto,
 12 Irene da Conceição Silva e Sônia Regina Barbosa Quirino. Participaram da reunião dez convidados, conforme
 13 assinaturas na lista de presença. **Com a seguinte pauta: Assuntos: 4.1 – Deliberação sobre repactuação do**
 14 **Termo de Aceite – ACESSUAS; 4.2 – X Conferência Municipal de Assistência Social – Relatos sobre os**
 15 **trabalhos da comissão (mudança de endereço da Conferência, cronograma de encontros preparatórios,**
 16 **material gráfico, outros); 4.3 – Recebimento do ofício 15/2017 e ofício 16/2017 da Entidade Obras**
 17 **Assistenciais Dr. Alonso e Alonso e do Relatório de Atividades 2016 e Plano de Ação 2017; 4.4 – Comissão**
 18 **de conselheiros para discutir a Lei de Benefícios Eventuais com Órgão Gestor. 5. Informes: 5.1 –**
 19 **Preenchimento de Parecer no PMAS – WEB – Estadual – 2017; 5.2 – Ofício Especial nº 054/2017 –**
 20 **Gabinete – resposta ao ofício CMAS sobre: “Informações sobre o cumprimento de emendas parlamentares e**
 21 **recomendação de cumprimento de deliberação do CMAS sobre os pisos dos serviços socioassistenciais”;**
 22 **Recebimento de Requerimento de inscrição de novo serviço da Entidade ESAC e Requerimento de**
 23 **Inscrição Casa de Apoio Dom Pedro Luiz; 5.4 – Resoluções CIT e CNAS publicadas: CNAS 02/2017; CNAS**
 24 **403/2017 e CNAS 04/2017;** A Presidente Tina, iniciou a reunião cumprimentando os presentes e informando a
 25 obtenção do quórum. Destacou a necessidade e a importância do cumprimento do horário da reunião pelos
 26 conselheiros, lembrando que ficou definido um tempo de tolerância de 10 minutos, que nesta reunião não foi
 27 possível cumprir. Em seguida apresentou as justificativas de ausência dos Conselheiros: Mônica, José Carlos,
 28 Geraldine, Silvana, Iara, Sandra, Adriana, Ana Lúcia, Marlon e Geisla. Prosseguiu realizando a leitura da pauta
 29 que foi aprovada. Quanto a aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária do CMAS, Maria Amélia informou que
 30 não houve o quórum mínimo de confirmações de leitura via e-mail e nem presencialmente. Assim realizou-se a
 31 leitura da ata que foi aprovada pelo colegiado, com correção ortográfica nas linhas 35, 66, 86, 94 e 97. Passou-se
 32 então ao assunto **4.1 – Deliberação sobre repactuação do Termo de Aceite – ACESSUAS- Trabalho;** A
 33 conselheira e Diretora da Proteção Social Básica, Lucinéia, informou que o ACESSUAS, denominado “Programa

34*Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho*”, foi executado pelo Município de 2013 a 2016, por
35equipes de profissionais contratadas temporariamente. Explicou que no final de 2016, o recurso em conta foi
36devolvido ao governo federal, considerando que não foram pactuadas novas metas. Em janeiro de 2017 o governo
37federal depositou R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), referente ao exercício de 2016. Em abril deste ano, as
38Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e da Comissão Intergestora Tripartite – CIT,
39aprovaram a pactuação de novas metas para os municípios que tinham saldo em conta. Desta forma, a Secretaria
40de Ação Social propõe a repactuação e reativação do programa, para a realização de um trabalho com
41adolescentes de 15 a 17 anos, beneficiários do Programa Bolsa Família - Bolsa Variável Jovem - BVJ. Lucinéia
42pontuou que o *Acessuas Trabalho* está com novo formato, que abrangerá o desenvolvimento de habilidades
43profissionais, discussões sobre o mercado de trabalho, entre outros. A proposta prevê a execução através dos
44CRAS e em parceria com Entidade ou Organização de Assistência Social por meio de edital de Chamamento
45Público. A proposta inicial é para um período de 10 meses, considerando que não há previsão de novos repasses
46financeiros. A conselheira Daniela questionou se essa diretriz é proposta pela política de assistência social e se
47englobaria os jovens nessa faixa etária que estão em situação de acolhimento. Lucineia esclareceu que os jovens
48em situação de acolhimento estão definidos como público prioritário neste programa, além daqueles que recebem
49o BVJ e que os cursos profissionalizantes ainda não serão possíveis desenvolver, pois este recurso é destinado
50apenas para ações de preparação para o mercado de trabalho. A conselheira e coordenadora do CRAS Leste, Irene,
51complementou informando que até então o *Acessuas* possuía os cursos de qualificação através do sistema “S”
52(SENAI, SENAC), mas neste novo formato existe apenas o incentivo para o mercado de trabalho, no sentido de
53integrar outras políticas e parcerias para o projeto. Tina disse do desafio da Política de Assistência Social de
54desenvolver ações articuladas com as outras políticas. Após algumas discussões e esclarecimentos, o colegiado
55aprovou a repactuação do programa *Acessuas*, nos termos das normativas e orientações técnicas. Na sequência
56passou-se para o próximo assunto **4.2 – X Conferência Municipal de Assistência Social – Relatos sobre os**
57**trabalhos da comissão (mudança de endereço da Conferência, cronograma de encontros preparatórios,**
58**material gráfico, outros)**; Maria Amélia informou que no dia 23 de maio aconteceu a Capacitação para
59conselheiros realizada pelo IPF – Instituto Paulo Freire, pontuando que foi um momento muito rico e positivo.
60Tina salientou a importância da participação dos conselheiros nestes espaços, nos quais são propiciadas
61orientações, discussões e reflexões sobre importantes temas, bem como sobre o papel do conselheiro. Maria
62Amélia ressaltou que esse momento teve por objetivo a preparação dos conselheiros para a conferência, na busca
63da participação efetiva do colegiado. Lembrou que de acordo com o calendário apresentado na reunião anterior,
64nos dias 05 e 06 de junho ocorreu a Capacitação para os Facilitadores da Conferência e no dia 07 realizou-se o
65Encontro de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS - Preparatório para a Conferência de Assistência Social, que
66foi importante, porém com pequena adesão dos trabalhadores. Em seguida, Maria Amélia informou a alteração do

67local de realização da Conferência, que ocorrerá na Universidade – UNIFACEF - unidade II, uma vez que este
68espaço propicia toda a estrutura adequada para a ocasião. Disse que na Secretaria Municipal de Educação, local
69definido anteriormente, não foram disponibilizados os equipamentos e nem as salas para a realização dos grupos
70de trabalho. Foi levantado o questionamento sobre a divulgação dos Encontros preparatórios e Maria Amélia
71explicou que o público-alvo destes encontros são os usuários dos serviços e que a mobilização e divulgação nos
72territórios e junto às entidades seria realizada pelos próprios CRAS e CREAS. Em seguida apresentou o
73cronograma dos Encontros nos territórios. Foi sugerido, que fosse criado um evento da Conferência no Facebook
74para uma maior adesão e participação das pessoas, ou até mesmo a página do CMAS, como meio de divulgação.
75Maria Amélia disse que poderá criar este evento, e posteriormente a Comissão de Comunicação e Divulgação
76poderá discutir e elaborar a estrutura da página para o Conselho. Em seguida apresentou o folder já elaborado e
77disse aguardar todas as artes do setor de Comunicação da Prefeitura para encaminhá-los para impressão. Após
78algumas discussões, passou-se ao assunto **4.3 – Recebimento do ofício 15/2017 e ofício 16/2017 da Entidade**
79**Obras Assistenciais Dr. Alonso e Alonso e do Relatório de Atividades 2016 e Plano de Ação 2017;** Maria
80Amélia informou que o ofício nº16/2017 da Entidade Obras é referente a entrega do Relatório e Plano de Ação da
81Entidade, protocolado junto ao conselho no dia 01 de junho. Realizou a leitura do ofício nº 15/2017 e explicou
82que mediante recebimento deste ofício, o Presidente e a técnica da Entidade foram convidados para uma reunião
83com a Secretária Executiva Maria Amélia, a presidente Tina e a Vice-Presidente Iara, para que juntos ouvissem o
84áudio e esclarecessem o ocorrido. Maria Amélia explicou que a Entidade, por meio de contato telefônico,
85solicitou um prazo maior para entrega da documentação, visto que eles estavam com problemas para cumprimento
86do prazo. Esclareceu que todas as demandas apresentadas junto à Secretaria Executiva, são repassadas para o
87colegiado, sendo este último o responsável pela deliberação e encaminhamentos. Tina complementou que em
88nenhum momento a intenção foi expor a entidade, e que todas as decisões devem ser deliberadas pelo
89colegiado. Pontuou que qualquer solicitação deve ser formalizada junto ao Conselho, por meio de ofício,
90evitando-se assim equívocos de comunicação, salientando que o conselho tem a função de apoiar e orientar as
91entidades em suas dificuldades, sem fazer “juízo de valor” e que essa situação deve servir de aprendizado para
92todos. A representante da entidade, Carolina, esclareceu que o mal entendido deu-se em razão de ter sido
93verbalizado por conselheiros presentes que a equipe estaria com dificuldades de utilizar os equipamentos, e que
94não era esse o problema e após a conversa com o presidente ficou claro para ambas as partes. O conselheiro
95Clóves também se manifestou dizendo que a princípio foi colocado que a Entidade estava com problemas
96no sistema, porém não houve a intenção de constranger. Ressaltou a importância de que todas as entidades devem
97se organizar para cumprir com os prazos de entrega de documentação. Na sequência, passou-se ao item **4.4 –**
98**Comissão de conselheiros para discutir a Lei de Benefícios Eventuais com Órgão Gestor.** Maria Amélia disse
99que Diretora da Proteção Social Básica, Lucineia, informou que a Lei de Benefícios Eventuais já foi discutida

100com a Equipe da Secretaria de ação Social e que agora será necessária a análise da comissão do conselho e
101posterior deliberação. Foi sugerido que a comissão de Legislação e Normas realizasse esse estudo e
102posteriormente será deliberado em reuniões do CMAS. Assim ficou acordado e Maria Amélia entrará em contato
103com os conselheiros para marcar a reunião, via email. Terminados os assuntos, passou aos informes. O item **5.1 –**
104**Preenchimento de Parecer no PMAS – WEB – Estadual – 2017;** Maria Amélia disse que após a aprovação da
105lei orçamentária, são feitas alterações pelo Órgão Gestor no Plano Municipal de Assistência Social – PMAS WEB
106e que o Conselho tem a atribuição de aprovar e inserir um parecer no sistema sobre as alterações realizadas. O
107parecer favorável foi inserido no sistema, considerando que todas as alterações ocorridas já haviam sido
108deliberadas pelo colegiado. O informe seguinte tratou-se do item **5.2 – Ofício Especial nº 054/2017 – Gabinete –**
109**resposta ao ofício CMAS sobre: “Informações sobre o cumprimento de emendas parlamentares e**
110**recomendação de cumprimento de deliberação do CMAS sobre os pisos dos serviços socioassistenciais”;** Maria
111Amélia fez a leitura do ofício e informou que o Secretário Edgar solicitou o agendamento de reunião com a
112comissão de orçamento e articulação política para discutir sobre novas orientações a respeito das emendas
113parlamentares. Após consulta com os membros da comissão que estavam presentes, a reunião ficou agendada para
114a próxima segunda feira, dia 12 de junho, às 8h na SEDAS. Cloves apresentou algumas considerações sobre essas
115novas solicitações da Procuradoria Jurídica e Finanças da Prefeitura, manifestando que todos esses
116questionamentos feitos à Secretaria de Ação Social, já estão esclarecidos por ocasião das parcerias formalizadas
117com as entidades e que essas emendas parlamentares já foram analisadas e aprovadas pelo conselho. Outras
118manifestações foram feitas pelos conselheiros e participantes presentes, que pontuaram que a burocracia excessiva
119e demora nos encaminhamentos pela Administração Municipal tem atrapalhado o trabalho das entidades. Outra
120questão apontada referiu-se a necessidade de iniciar as discussões sobre o Orçamento 2018 e todas as Peças
121Orçamentárias, bem como sobre os custos dos serviços. O item **5.3 – Recebimento de Requerimento de**
122**inscrição de novo serviço da Entidade ESAC e Requerimento de Inscrição Casa de Apoio Dom Pedro Luiz;**
123Maria Amélia informou que foram protocolados dois pedidos de Inscrição no CMAS, o primeiro referente ao
124Programa Aprendiz, executado pela ESAC e o outro se trata de Serviço de Acolhimento Institucional para
125dependentes químicos pós-tratamento, executado pela Casa de Apoio Dom Pedro Luiz. Disse que a Comissão de
126Inscrição e Acompanhamento de Entidades, definirá os conselheiros que realizarão a análise da documentação e
127visita às Entidades. Com relação ao item **5.4 – Resoluções CIT e CNAS publicadas: CNAS 02/2017; CNAS**
128**03/2017 e CNAS 04/2017;** Maria Amélia apresentou as novas resoluções publicadas para conhecimento dos
129conselheiros. Finalizados os assuntos e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e quinze
130minutos, e eu, Maria Amélia Facioli Vergara, secretária-executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez
131lida e aprovada, será anexada a lista de presença dos conselheiros participantes.